

## Sem Estado laico, não há cidadania para as mulheres

O princípio do Estado laico, livre de interferência religiosa, que está sendo defendido nos debates da I Conferência de Políticas para Mulheres (CNPM), mostra-se cada mais relevante.

Desde a semana passada, no Rio de Janeiro, cientistas ligadas/os à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e feministas mobilizam-se em reação à proposta da governadora Rosinha Matheus, que decidiu introduzir entre os conteúdos do currículo das escolas públicas estaduais o "criacionismo" - visão religiosa que explica a criação do Universo a partir dos textos bíblicos.

Se aprovada a proposta da governadora, o Estado do Rio passará a ensinar nas escolas que o mundo foi criado em sete dias e que a humanidade surgiu depois do sopro divino sobre o barro ter dado origem ao primeiro homem e, da costela deste, ter surgido a primeira mulher. Esta interpretação literal do texto bíblico é fundamentalismo puro e é descartada inclusive por teólogas/os de diversas igrejas.

Em matéria divulgada na Folha de SP na semana passada, cientistas ainda consideram a proposta da governadora como uma tentativa de criar um lobby religioso no sistema educacional, tal como já acontece nos Estados Unidos.

Paralelamente - e na contramão do fundamentalismo - temos a notícia alentadora do Seminário Nacional de Educação e Cultura Afro-Brasileira, cujo lema é "Por uma educação sem discriminação".

Organizado pela Casa de Cultura da Mulher Negra (ccmnegra@uol.com.br), o seminário (Santos/SP, 10-13 Junho) pretende apresentar a Lei nº 10.639, que trata da inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, na perspectiva de uma educação anti-racista, que será uma diretriz para políticas públicas defendidas pelo movimento de mulheres e feminista na I CNPM.

### Conferências

#### Mulheres aprofundam debate sobre direitos

Num contexto de realização de conferências de direitos humanos e de políticas para mulheres, a ação do movimento de mulheres - além de buscar ampliar o debate sobre o direito das mulheres como direitos humanos, tem sido no sentido de atuar no processo da I CNPM considerando o marco dos direitos humanos entre os princípios para diretrizes de políticas públicas para mulheres.

No **Acre**, onde foram realizadas plenárias da CNPM em todos os municípios, o movimento de mulheres incide no processo da conferência estadual de direitos humanos coordenando GT, participando com delegadas e enfrentado as resistências à incorporação do debate dos direitos das mulheres como direitos humanos. A justificativa de quem resiste é de que "para inserir essa discussão seria também necessário incluir debates sobre crianças, idosos..." Esquecem que as mulheres não são grupo, setor específico. Na verdade, já representam atualmente a maior parte da população brasileira.

Em **Alagoas**, dentro do processo da CNPM, militantes do Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres garantem a participação das organizações do movimento e a tranquilidade do processo, que segue em boa relação com o governo do Estado.

Liderando o processo de debate no movimento, o Fórum trabalhou conteúdos utilizando entre os vários materiais as referências oferecidas pela AMB para incidência feminista nas políticas públicas. Nos grupos de debate que promoveu, além de analisar o contexto de realização da conferência, o Fórum refletiu sobre estratégias para influenciar nos seus resultados.

Em abril, o Fórum de Mulheres incentivou a realização da Plenária de Maceió, realizada dia 14, com a participação de 130 mulheres.

Em **Mato Grosso**, a Articulação de Mulheres integra a comissão organizadora da conferência estadual e está atuando para que seja assegurada a abordagem feminista nos diversos temas que serão tratados nos painéis do evento. Para isso, a Articulação trabalhou para que mulheres próximas do feminismo pudessem participar como conferencistas.

No processo preparatório, apesar de ocorrerem algumas divergências de enfoque político e de prioridades, a avaliação do movimento de mulheres é que a ação do Conselho da Mulher e da Coordenadoria da Mulher tem sido na perspectiva de fazer uma conferência representativa e com ganhos para as mulheres. Ana Maria Gomes, da Articulação, também destaca a participação popular neste processo, apesar de grande parte das entidades de mulheres do Estado estarem organizadas, no momento, em torno de ações governamentais.

### Aborto: indo além da democracia representativa

Após a votação do aborto no Senado Uruguaio, ficou em questionamento no país a representatividade do saldo de 17 votos contra e de 13 votos a favor do projeto de Lei de Defesa da Saúde Reprodutiva.

Diante de um expressivo apoio de 63% da população uruguaia a essa lei, como foi possível para 17 senadores decidirem contrariamente? Esta foi a pergunta que não quis calar na mídia uruguaia, logo após a votação.

Para Lucy Garrido, da organização Cotidiano Mujer, isso é genial, na medida que o debate sobre - "A quem representam as/os parlamentares? A seus interesses ou aos interesses de quem representam" – serve não só ao tema da legalização do aborto, mas a todos os demais temas da democracia, no Uruguai e em qualquer país.

Estas e outras reflexões estão presentes na carta escrita por Lucy no dia seguinte à votação (Confira na seção CONtextos).

### Lésbicas e Aborto

"Por que o aborto interessa a nós, mulheres lésbicas?", este é o título instigante de um artigo escrito por Mariana Pessah, do Grupo Mulheres Rebeldes, de Porto Alegre.

Mariana esteve entre as feministas que acompanharam a votação do Projeto de Lei de Defesa da Saúde Reprodutiva, no Uruguai.

No texto, ela expõe seu ponto de vista a partir da questão: do que estamos falando, quando falamos de aborto? E sua resposta franca expressa os significados que reúnem mulheres heterossexuais e lésbicas na luta pela legalização do aborto.

### Lembranças e saudades de Mariska

O movimento feminista no Brasil se entristeceu este mês com o falecimento de Mariska Ribeiro, dia 8, no Rio de Janeiro. Militante dedicada sobretudo à defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, Mariska sempre defendeu o aborto – amplo e irrestrito – e foi uma das fundadoras da Rede Feminista de Saúde.

Sua vida esteve ancorada em todas as lutas feministas de seu tempo e foi inspiração para muitas mulheres, muitas de nós, como disse Schuma Schumacher. Mariska deixa saudades e muitas lembranças: afetivas, bem humoradas, criativas e cheias de coragem.

### Desafios da Democracia no Cone Sul

O assunto será tema de um dos módulos do Curso para Mulheres Jovens de países do Cone Sul sobre Governabilidade Democrática, que será organizado pela Rede Mulher de Educação, no Brasil, em novembro deste ano. Entre outras coisas, o curso tem por objetivo incentivar o diálogo entre mulheres jovens de diferentes setores políticos e sociais, em torno de valores e práticas democráticas.

A capacitação será promovida por: Unifem/Cone Sul, OEA, Comissão Interamericana de Mulheres, Novib e BID. Serão oferecidas bolsas integrais e parciais. Mais informações, no Brasil, com Vera Vieira/Rede Mulher: [vera@redemulher.org.br](mailto:vera@redemulher.org.br), fone (11) 3873-2803.

### CONtextos

Nesta edição, além dos arquivos de Lucy Garrido e Mariana Pessah, que seguem anexos, também indicamos dois livros que podem contribuir bastante com as nossas reflexões neste período que antecede a I Conferência de Políticas para Mulheres e a IX Conferência de Direitos Humanos.

Em São Paulo, a feminista Heleieth Saffioti lançou ontem (18) "Gênero, Patriarcado, Violência", dentro da Coleção Brasil Urgente, da Editora Perseu Abramo. O livro analisa o problema da violência contra as mulheres utilizando o conceito de patriarcado como elemento central para esclarecer o debate e abrir novas perspectivas de entendimento da questão. A publicação também trata de conceitos como gênero, patriarcado, poder, raça/etnia, exploração-dominação, igualdade, identidade, democracia e suas inter-relações.

No Rio, também ontem, foi lançado o livro "Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos" editado por ADVOCACI – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos. Mais informações: [advocaci@advocaci.org.br](mailto:advocaci@advocaci.org.br).